



paradoxo
consultoria

www.paradoxoconsultoria.com.br

II Ciclo Seminários Regionais ABDE-WWF (Sudeste)

CARLOS AGUEDO PAIVA

DIR. PRES. DA PARADOXO CONSULTORIA E VICE-COORDENADOR
DO MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA FACCAT

11 DE OUTUBRO DE 2019

“Na minha opinião, os ambientalistas não conseguirão enfrentar adequadamente os desafios postos à frente à qualidade de vida e à própria sobrevivência do planeta se se recusarem a dialogar com uma das maiores forças políticas e econômicas do mundo contemporâneo: as grandes empresas”.

Jared Diamond

Colapso

Jared Diamond, WWF e ABDE

Jared Diamond é um geógrafo, biólogo e antropólogo norte-americano famoso pelo livro *Armas, Germes e Aço*. O que poucos sabem é que ele trabalhou por anos para a WWF, na Nova Guiné. Lá, ele se surpreendeu com respeito estrito às normas de controle ambiental adotadas pela Chevron em sua área de exploração petrolífera. Nenhum Parque Nacional chegava aos pés: todos os animais passeavam em segurança durante o dia. Perguntou a um alto funcionário o motivo da Chevron adotar regras tão respeitosas com o meio ambiente. Reproduzo a resposta do texto e as considerações posteriores de Jared:

“Exxon Valdez, Piper Alpha, Bhopal”. Ele se referia ao grande vazamento de óleo do campo Valdez da Exxon no Alasca em 1989; ao incêndio da Plataforma 33 da Piper Alpha no Mar do Norte que matou 167 pessoas e o escapamento químico da Union Carbide na Índia que matou 4.000 e feriu 200.000 . Estes foram os três acidentes mais famosos com companhias petroquímicas do mundo. As indenizações foram bilionárias. E os prejuízos à reputação foram ainda maiores. SER RESPONSÁVEL PODE SER LUCRATIVO.

Jared, Gabriela e a WWF

Segundo Jared, o que ele entendeu naquele momento organizou boa parte do livro Colapso: soluções ganha-ganha em jogos sociais dilemáticos usualmente são obtidas sob pressão. **Ou o Estado impõe, ou o jogador mais forte se evade de sua obrigação de reciprocidade.** E isto leva a uma perda, no longo prazo, para o próprio jogador mais forte.

O mais forte – vale dizer, a empresa – precisa de mercado e de profissionais qualificados. Mercado e profissionais qualificados pressupõem salários mínimos elevados, impostos pagos (sem evasão), inclusão social, respeito aos direitos humanos, respeito ao meio ambiente. Isto atrai turistas. Que alimenta o ... mercado. E a roda se fecha. Temos um círculo virtuoso.

Que não ocorre sem a pressão do Estado. Pois o mais forte não quer conceder. O Estado deve obrigar. E o mais forte agradecerá amanhã. Foi o espírito da resposta de Gabriela a Marco Antônio Lima no início dos nossos debates Jared concordaria. Eu concordo. 100%.

A questão da síntese entre desenvolvimento e sustentabilidade

A questão posta pelo Marco Antônio Lima à exposição de abertura da Gabriela Yamaguchi é da maior importância. Ela diz respeito à síntese possível entre desenvolvimento e sustentabilidade. **A resposta dada por Gabriela vai no sentido de Jared: a síntese advém da regulação exigente e da negociação eficiente.** Jamais da “vista grossa”.

É um engano pensar que podemos obter mais desenvolvimento com mais concessões às empresas em termos de legislação ou fiscalização ambiental. As empresas são atraídas, acima de tudo, por mercado. Em segundo lugar, por regras claras e segurança jurídica. Duas coisas que estão faltando no Brasil hoje. E que urge resgatar. Com inclusão social, distribuição de renda, republicanismo e controle social do Estado.

Samarco e a Fundação Renova

O relato do Roberto Waak sobre a atuação da Fundação Renova na área atingida pelo rompimento da represa de Brumadinho apenas confirma as palavras de Gabriela.

Sem dúvida, o relato feito nos anima e alenta.

Mas, ao mesmo tempo, nos traz à memória tudo o que se perdeu.

Perderam-se inúmeras vidas.

O impacto no meio ambiente foi enorme.

A Vale perdeu capital social; e mais ainda perdeu a Arcelor Mittal.

E perdemos a grande oportunidade de constituir o nosso marco, o marco brasileiro “Exxon Valdez, Piper Alpha, Bhopal”. Aqui, na terrinha, parece que os “equivocos” continuam sendo mais ou menos “toleráveis”. Os ambientais, bem mais que outros.

QUOS QUE TANDEM?

Explorando a Tensão (Saudável)

A despeito disto, várias empresas estão, sim, tomando consciência do peso da avaliação social sobre suas decisões estratégicas. Algumas, adquiriram esta consciência de forma trágica. Por conta própria, ou observando a trajetória alheia.

Alguns “causos”:

- 1) A Souza Cruz (Santa Cruz do Sul/RS), há anos promove a diversificação produtiva dos fumicultores da região do Vale do Rio Pardo, preocupada com as consequências funestas (e reação social!) da previsível queda do tabagismo nos anos próximos;
- 2) Frimesa & Lar, apontam para práticas semelhantes com os produtores do leite no Oeste do PR;
- 3) JBS (entre tantas outras pressionadas pela crise político-midiática recente) poderia assumir compromissos similares (na verdade, muito mais radicais!) de controle ambiental.

E, aproveitando o ensejo: Será que as pressões sofridas sobre as construtoras brasileiras não teriam sido o equivalente aos caos “Exxon Valdez, Piper Alpha, Bhopal” para constituir um marco de referência para custos de autorregulação?

Não estaríamos sendo ingênuos?

SIM. Se supuséssemos que as empresas ajustam comportamentos por “bom mocismo”. NÃO, se entendermos que as empresas estão cada vez mais submetidas a pressões competitivas pesadas e ao escrutínio público. **E estão conscientes de que precisam de marketing fidedigno. E poucas organizações podem fornecer marketing fidedigno. A WWF pode. Justamente porque impõe condições.**

NEGOCIEMOS, POIS! JARED NELES!!

Até onde pude entender, esta também foi a perspectiva defendida por todos os participantes da mesa sobre saneamento e financiamento aos investimentos na área. Por mais que tenham sido apresentados novos sistemas de funding e financiamento a Unidades Federadas, um elemento foi consensual: os custos são muito elevados, os resultados são muito lentos e de baixa visibilidade. Resultado: **investimentos em saneamento não são aprovados em análises de benefício-custo de marketing eleitoral.** Cada vez fica mais claro que é preciso dividir o ônus deste setor com agentes que têm outros objetivos além da política. Mas há que ter cuidado com os termos do financiamento dado o objetivo específico destes agentes: – **o lucro.** A fiscalização de um terceiro pode ser a condição do marketing fidedigno. **A ABDE poderia funcionar como tal?**

Juros, lucro e crescimento

De qualquer forma, a questão do financiamento, dos juros e dos lucros coloca uma outra dimensão do conflito – e da síntese possível – entre desenvolvimento e sustentabilidade que, me parece, tem que vir à tona. Não adianta tapar o sol com a peneira. É preciso destapar esta panela e ver o que temos dentro dela.

Que dimensão é esta? A dimensão do crescimento!

Como muito bem nos ensinou Schumpeter, não se pode pagar juros, sem crescimento. Ou ele se torna usura. O sistema de financiamento a juro só é viável se aquele que paga ganha mais a cada ano que passa. E isto só é viável se o sistema está crescendo. E os sistemas crescem com algum tipo de depleção de seus recursos naturais. Alguns crescem de uma forma, outros de outra forma. Alguns crescem aceleradamente. Outros, devagar, quase parando.

Como o Brasil vem crescendo? Sabemos bem! Temos crescido pouco e com base no agronegócio e na mineração. E precisamos falar sobre isto! Antes que seja tarde demais!

Ora! Nem toda a agropecuária é insustentável!

Sem dúvida. MAIS: toda a agropecuária pode e deve ser sustentável.

Mas, penso eu, parte dela a partir de ações compensatórias.

A exposição de Joel demonstra cabalmente o sucesso social e econômico de alternativas plenamente orgânicas e baseadas em tecnologias desenvolvidas autonomamente.

Não obstante, parece-me que seria um equívoco pretender contrapor a agricultura orgânica à empresarial e à integrada cooperada que produz em escala industrial.

Eu prefiro pensar em um gradiente de sistemas, com funções distintas, e não excludentes num processo de desenvolvimento sustentável. Desde os povos da floresta até as firmas processadoras de proteína animal para exportações geradoras de divisas, há inúmeras formas de organização para produção e processamento de alimentos que envolvem coletividades – conservas, farináceos, laticínios, abatedouros e frigoríficos - de base local que não são especificamente cooperativas, mas que mobilizam comunidades e geram renda e ocupação para comunidades. Muitas delas tradicionais. Ou, pelo menos de base local, de base regional.

A síntese entre os agentes locais, as cidades e os Estados

O que nos leva a uma nova reflexão: como articular o que foi posto nas mesas 1 e 3? A primeira mesa tratou do papel dos agentes locais. A terceira mesa tratou do papel dos agentes municipais e dos estaduais. Mais: Rodrigo Perpétuo lembrou que as cidades também são um âmbito de ação próprio. Para além de serem um ente federativo brasileiro, contam com voz e representação internacional através da ICLEI, que opera no Brasil.

Cada uma delas nos convenceu da centralidade de cada um destes agentes. Do que afinal elas nos convenceram?

QUE TODAS AS ESCALAS SÃO FUNDAMENTAIS! QUE O FUNDAMENTAL É OPERAR EM TODOS OS NÍVEIS.

Desenvolvimento realiza-se em:

ASSOCIAÇÃO, COMUM-UNIDADE E EM LEQUE. Do campo à cidade.

Há 18 milhões de pessoas em São Paulo. Eles dependem das mais diversas fontes produtoras de alimentos. Da Cooperaçu à Lar, da Frimesa às Cooperativas de porte médio.

De volta à agropecuária

Já nos referimos à relação schumpeteriana entre juro-crescimento-desenvolvimento. Mas é preciso aprofundar a questão do motor do nosso crescimento recente.

Num mundo crescentemente hegemônico por um país como a China (de alta competência industrial e tecnológica e de grande carência agropecuária e mineral) **para o Brasil sobrou o papel do mega fornecedor de matérias-primas. Esta é a base do nosso “crescimento”. Uma base que é particularmente agressiva ao meio-ambiente.**

Poderia ser diferente? Claro que sim! Desde que tivéssemos projeto e identidade nacional para tanto.

Até tentamos, em anos recentes. De forma algo tímida. Mas tentamos. Houve projeto industrial. Mas o financeirismo foi vitorioso. E, hoje, só ouvimos loas ao mercado.

Mercado e vantagens competitivas naturais

Ora, as vantagens competitivas imediatas do Brasil são claras. Somos o único país do mundo capaz de gerar até três safras agrícolas de verão por ano. A abundância de água, solo fértil e sol são únicas no mundo. Não é preciso entender muito de vantagens relativas, de determinantes da taxa de câmbio e de sua relação com a taxa de juros para saber que não há como sustentar uma indústria nacional com tamanha competitividade agropecuária, juros escorchantes, política cambial anti-inflacionária e riquezas minerais abundantes.

DE FATO, O BRASIL DESINDUSTRIALIZOU-SE NOS ÚLTIMOS ANOS. E AS REGIÕES E LOCALIDADES QUE TIVERAM PIOR DESEMPENHO FORAM JUSTAMENTE AS MAIS INDUSTRIALIZADAS. E VICE-VERSA.

ALGUMA SURPRESA? NENHUMA. IMPOSSÍVEL!!!

Território	Setor	Cod	% das X (Valor FOB US\$)					
			2005	2010	2012	2014	2016	2018
Brasil	Total Exportações	Tot Exp	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Agronegócio	Agroneg	31,09%	33,36%	35,94%	38,88%	40,78%	37,08%
	Mineração	Min	13,19%	25,45%	24,96%	22,15%	15,15%	22,56%
	Agro + Mineração	Setor Base	44,28%	58,82%	60,90%	61,03%	55,93%	59,65%
	Desdobramento da Mineração	Dmin	13,83%	9,50%	9,47%	9,65%	10,49%	9,85%
	Indústria de Alta Tecnologia	In ATec	28,59%	20,24%	19,15%	18,47%	22,35%	20,36%
	Indústria de Baixa Tecnologia	In Bx Tec	13,30%	11,45%	10,48%	10,85%	11,24%	10,14%
	Indústria Total	Ind Tot	55,72%	41,18%	39,10%	38,97%	44,07%	40,35%

O que o Brasil exportava em 2005 e em 2018

Em 2005, 31,1% das nossas exportações eram de produtos agropecuários e 13,2% eram de produtos minerais, totalizando 44,3%. Em 2018, 37,1% das nossas exportações eram de produtos agropecuários *in natura* e 22,6% eram minérios não processados, totalizando 60% do valor total exportado. Viramos exportadores de matérias primas.

Neste mesmo período, as exportações de desdobramentos básicos da mineração (chapas de aço, molas, artigos de cutelaria, etc.) caíram de 14% para 10%. Produtos industriais de baixa tecnologia – tecidos, vestuário, calçados, móveis, alimentos – caíram de 13% para 10%. Produtos da indústria de média e alta tecnologia – peças para automóveis, carros, turbinas, tratores, guindaste, aviões, etc. – caíram de 29 % para 20%

EM 2005 44% ERA MATÉRIA-PRIMA E 56% ERA INDUSTRIALIZADO.

EM 2018 60% ERA MATÉRIA-PRIMA E 40% ERA INDUSTRIALIZADO.

Território	Setor	Cod	% das X (Valor FOB US\$)					
			2005	2010	2012	2014	2016	2018
%BR - China no Total X BR - China	Total Exportações	Tot Exp	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Agronegócio	Agroneg	40,61%	31,76%	40,39%	49,81%	52,64%	49,81%
	Mineração	Min	36,78%	57,81%	49,01%	40,22%	33,55%	40,85%
	Agro + Mineração	Setor Base	77,39%	89,58%	89,40%	90,02%	86,18%	90,66%
	Desdobramento da Mineração	Dmin	8,80%	2,86%	2,52%	2,44%	2,98%	2,15%
	Indústria de Alta Tecnologia	In ATec	7,25%	2,84%	3,99%	2,29%	3,50%	1,09%
	Indústria de Baixa Tecnologia	In Bx Tec	6,57%	4,72%	4,09%	5,25%	7,34%	6,10%
	Indústria Total	Ind Tot	22,61%	10,42%	10,60%	9,98%	13,82%	9,34%

O Papel da China na desindustrialização do Brasil

O quadro acima mostra a evolução da demanda Chinesa sobre a produção brasileira. Em 2005 ela já era bastante concentrada em matérias primas, mas quase um quarto do valor total da demanda ainda se voltava à indústria. Em 2018 nem mesmo 10% da demanda chinesa incide sobre bens industriais.

Ora, esta inflexão de demanda não poderia deixar de se fazer sentir sobre a região mais industrializada do país: a região sudeste. O Brasil **também** vem vivenciando uma crise de demanda **interna** não desprezível. Que se faz acompanhar (e é parcialmente determinado, por) um arrocho de gasto público, em especial dos investimentos públicos. Que também repercutem sobre a região mais industrializada do país.

O resultado é o quadro abaixo: Dentre todos os Estados Brasileiros, aqueles que mais perderam participação no Valor Agregado Bruto do país foram dois Estados do Sudeste: São Paulo e Rio de Janeiro

PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO NO VAB TOTAL DO PAÍS 2002-16

UF	Participação Média		Variação % ao longo do Período				Correl VAB e Temp	
	2002-2004	2014-2016	Ponto %	Rank	Var Perc.	Rank	Correl	Sig
MT	1,56%	1,93%	0,371%	1	23,8%	3	0,7189	0,002
MS	1,23%	1,46%	0,230%	8	18,7%	5	0,7870	0,000
GO	2,72%	2,98%	0,262%	7	9,6%	13	0,8926	0,000
DF	3,54%	3,62%	0,086%	14	2,4%	20	0,0452	0,868
TO	0,39%	0,50%	0,115%	13	29,5%	2	0,9449	0,000
RO	0,56%	0,63%	0,075%	16	13,4%	9	0,7987	0,000
AC	0,21%	0,24%	0,028%	18	13,5%	8	0,7853	0,000
AM	1,47%	1,42%	-0,052%	22	-3,5%	23	-0,3295	0,213
RR	0,17%	0,18%	0,019%	20	11,3%	12	0,7765	0,000
PA	1,92%	2,29%	0,366%	2	19,0%	4	0,8444	0,000
AM	0,22%	0,25%	0,027%	19	12,3%	11	0,7474	0,001
MG	8,58%	8,94%	0,362%	3	4,2%	18	0,5763	0,019
ES	1,80%	1,95%	0,153%	11	8,5%	15	0,3283	0,214
RJ	12,13%	10,82%	-1,314%	26	-10,8%	27	-0,7601	0,001
SP	33,29%	31,53%	-1,761%	27	-5,3%	25	-0,8574	0,000
PR	6,35%	6,29%	-0,060%	23	-0,9%	22	0,0336	0,902
SC	3,79%	4,07%	0,281%	6	7,4%	16	0,9272	0,000
RS	6,78%	6,42%	-0,356%	25	-5,3%	24	-0,3455	0,190
MA	1,19%	1,38%	0,184%	9	15,4%	6	0,8398	0,000
PI	0,50%	0,68%	0,178%	10	35,4%	1	0,9537	0,000
CE	1,95%	2,23%	0,282%	5	14,4%	7	0,9018	0,000
RN	0,92%	0,98%	0,058%	17	6,3%	17	0,6007	0,014
PB	0,88%	0,96%	0,082%	15	9,3%	14	0,7028	0,002
PE	2,36%	2,65%	0,294%	4	12,5%	10	0,8231	0,000
AL	0,80%	0,80%	0,003%	21	0,4%	21	-0,0375	0,890
SE	0,72%	0,66%	-0,062%	24	-8,6%	26	-0,7652	0,001
BA	3,97%	4,12%	0,149%	12	3,7%	19	0,2814	0,291

FDB: IBGE-CONTAS REGIONAIS

Sim, mas Minas e Espírito Santo ampliaram!!

Sem dúvida! E a lâmina abaixo explica porque. Estas duas UFs – ao contrário de São Paulo e Rio de Janeiro – ampliaram sua participação no VAB agropecuário no Brasil.

E também ampliaram sua participação nas exportações brasileiras em geral e de produtos primários e minerais.

“Minas e Espírito Santo entraram na onda”. Veja abaixo

PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO NO VAB AGR DO PAÍS 2002-16

UF	Participação Média		Variação ao longo do Período				Correl VAB e Temp	
	2002-2004	2014-2016	Absoluta	Rank	Percentual	Rank	Correl	Sig
MS	4,76%	5,11%	0,35%	9	7,44%	14	0,441350	0,09957992
MT	6,61%	7,76%	1,15%	3	17,36%	13	0,430401	0,10927764
GO	5,93%	6,30%	0,37%	8	6,32%	15	0,533056	0,04074701
DF	0,19%	0,27%	0,08%	15	40,56%	8	0,703897	0,00340294
TO	0,87%	1,27%	0,40%	7	46,23%	6	0,809174	0,00025829
RO	1,08%	1,61%	0,53%	5	48,81%	5	0,869464	0,00002552
AC	0,34%	0,51%	0,17%	12	49,62%	4	0,824483	0,00015599
AP	0,05%	0,10%	0,06%	16	124,71%	1	0,447882	0,09409085
AM	1,25%	2,08%	0,83%	4	66,40%	3	0,737360	0,00170691
RR	0,09%	0,18%	0,09%	14	94,63%	2	0,781643	0,00057751
PA	3,96%	5,52%	1,57%	1	39,59%	9	0,801597	0,00032623
MG	8,62%	10,17%	1,55%	2	18,00%	12	0,450856	0,09166348
ES	0,99%	1,45%	0,46%	6	46,18%	7	0,523369	0,04527019
RJ	1,05%	1,10%	0,05%	17	4,41%	16	0,028205	0,92051959
SP	15,15%	10,93%	-4,22%	27	-27,88%	27	-0,758800	0,00103856
PR	11,05%	11,37%	0,31%	10	2,82%	17	0,411453	0,12757549
SC	5,66%	4,93%	-0,73%	25	-12,89%	21	-0,744021	0,00147014
RS	12,03%	11,82%	-0,21%	22	-1,74%	19	0,050175	0,85905499
MA	2,56%	2,57%	0,01%	18	0,47%	18	-0,034470	0,90293590
PI	0,74%	0,89%	0,15%	13	20,99%	11	0,276667	0,31816757
CE	1,10%	1,41%	0,31%	11	28,09%	10	0,568644	0,02696843
RN	0,77%	0,62%	-0,15%	20	-19,08%	24	-0,687239	0,00464297
PB	0,93%	0,72%	-0,21%	21	-22,26%	26	-0,752404	0,00121057
PE	2,18%	1,94%	-0,24%	23	-11,06%	20	-0,544576	0,03581582
AL	2,35%	1,91%	-0,44%	24	-18,68%	23	-0,596462	0,01892350
SE	0,76%	0,65%	-0,12%	19	-15,14%	22	-0,417538	0,12148601
BH	7,71%	6,16%	-1,55%	26	-20,12%	25	-0,831697	0,00012096

FDB: IBGE-CONTAS REGIONAIS

Em síntese

Gabriela Yamaguchi mostrou que a **síntese entre desenvolvimento e sustentabilidade exige que as empresas observem e se subordinem às regras vigentes** (por vezes, já demasiado flexíveis e frouxas!) de respeito ao ambiente e que **o Estado fiscalize de forma consistente e puna severamente as falhas.**

Joel Siqueira e os demais membros da primeira mesa lembraram que **as comunidades também podem contribuir produzindo de forma correta e controlando.**

Luciana Capanema lembrou que alguns agentes de Estado – mais especificamente, os políticos eleitos – podem adotar uma lógica econômica na gestão de recursos. **O Estado não é um Deus Ex-Machina.**

Jared, ex WWF, que eu trouxe ao encontro para nos falar, chama a atenção para a necessidade de operar com as empresas e fiscalizá-las diretamente, negociar com elas. Questão central quando se fala em PPP, em financiamento, em juros, em crescimento e – queiramos ou não – em inserção internacional. Belíssimo debate. Parabéns aos promotores.



carlosanpaiva@gmail.com



(51) 9851-3226



[Facebook.com/carlos.paiva.3998](https://www.facebook.com/carlos.paiva.3998)